Gonçalves, casado, proprietário, desta vila, pedindo licença para capear o muro do quintal da sua casa que possui na Rua Barjona de Freitas (ostrada rial) rebocar o mesmo muro em toda a sua extensão a facear com a dita rua, e bem assim construir um portal voltado à mesma rua e na extremidade do poente do quintal, assim como construir nesta extremidade um caramanchão;

Que, tendo ido ao local e para aformoseamento d'este, fixam o alinhamento do muro pelo prolongamento das casas contíguas, devendo o requerente apelar o muro e retirá-lo para êsso alinhamento na face voltada à Rua Barjona de Freitas, e na face voltada ao poente deve alinhar pelo cunhal do nascente da casa fronteira, pertencente a Monsenhor Domingos José de Sousa», fl. 11 e 13;

Citados os reclamados e a Câmara em 30 de Julho de 1908, deduziram todos a contestação de fl. 52, alegando ser do público e do município o terreno discutido, ter o alinhamento obrigado a recuar o prédio em grande extensão, e a puxar à frente o caramanchão e o portal delineado no extremo do quintal, haver prescrito o direito de reclamação por estar há mais de dois anos em execução o deliberado, e verificar-se a excepção de *litis-pendencia* em vista da causa proposta em juízo entre as mesmas partes e com o mesmo fim;

Desatendeu o auditor as excepções da prescrição e de *litis-pendencia*, e julgou procedente a reclamação, por envolver o alinhamento cedência do terreno, sem prévia avaliação, e sem pagamento do respectivo valor, e por não ser permitida tal cedência em alinhamento do muro de vedação dum quintal;

Impugnam os recorrentes a sentença sustentando: que em face do artigo 337.º, § 1.º, do Código Administrativo de 1896, tinha já prescrito para o marido o direito da reclamação; que se verifica a excepção de *litis-pendencia*, conforme se conclui do confronto da petição inicial da acção pendente no tribunal judicial de Barcelos com a petição inicial que determina a presente acção administrativa; que por virtude da deliberação da Câmara fez-se apenas um alinhamento, sem perda de terreno para a mesma Câmara, e por isso, sem necessidade de hasta pública, ou avaliação prévia, ou contribuição de registo; que os documentos juntos pelo recorrido não tem nenhum dos requisitos legais para fazerem prova no processo; e que na pior hipótese para os recorrentes, o terreno em questão teria feito parte dum largo público, e então o recorrido seria parte ilegítima na presente acção, por não ter primeiramente observado o § 1.º do artigo 422.º do Código de 1896;

A fl. 222 confessou a Comissão Municipal de Barcelos a matéria da reclamação, por termo de 8 de Fevereiro de 1911, julgado por sentença do mesmo dia;

Tudo ponderado, depois de ouvido o Ministério Público;

Considerando que o recurso é competente e foi interposto em devido tempo por pessoa legítima, sendo igualmente pessoa legítima para impugnar a deliberação reclamada, o recorrido Dr. António Martins de Sousa Lima, quer em defesa de direitos próprios, que diz ofendidos, quer na qualidade de eleitor do concelho de Barcelos, documento de fl. 30 a 33, pugnando pela observância de preceitos legais, Código Administrativo de 1896, artigos 61.º, § único, 325.º, n.º 1.º, 344.º e 421.º, sem embargo do artigo 423.º, só a processos judiciais applicável;

Considerando que o alinhamento, deliberado em 26 de Novembro de 1904, ao poente do quintal dos recorrentes e com ampliação d'este quintal, só no prazo de dois anos, a contar da execução da obra, podia ser impugnado contenciosamente; e tendo a reclamação a data de 10 de Julho de 1908, seguindo-se o pedido de revogação do deliberado, em 17, e a citação dos recorrentes

o da Câmara, em 30 do referido mês, cumpre verificar, para os efeitos do artigo 337.º, § 1.º, do Código Administrativo citado, em que época se executou a deliberação, a qual não foi submetida à aprovação tutelar, fl. 204;

Considerando que dos documentos e depoimentos do processo consta haverem começado no ano de 1905 as obras do muro da Rua Barjona de Freitas, fl. 121, 123, 125, 169 v., mas quanto à expropriação do terreno contíguo ao quintal, lado poente, e à sua inclusão no respectivo alinhamento, nenhuma obra se mostra executada antes do período de 19 de Julho a 30 de Agosto de 1906, em que se diz principiado o respectivo caramanchão, fl. 21, 23, 24, 26, 28, 159 v., 180, 182 v., 188, 191 v., 193, 204, 215 v., 222, não importando realização do alinhamento concedido a aglomeração de pedras destinadas ao edificio, nem o levantamento da sua planta; e como respeito à cedência d'este terreno e objecto da reclamação, e em 17 de Julho de 1908, foi interrompida a prescrição do direito de reclamar, fl. 83, estava em tempo útil a impugnação do recorrido, autoada em 10 de Julho de 1908, e prosseguida em 30 com citação das partes interessadas;

Considerando que improcede a invocada *litis-pendencia*, porque na acção judicial discutem-se direitos e obrigações civis, em relação ao domínio e posse do terreno compreendido no alinhamento do poente do quintal, e na reclamação administrativa invocam-se relações de direito entre a administração municipal e os administrados, de que o fóro judicial não pode conhecer por incompetente;

Considerando que a deliberação reclamada, ampliando com o alinhamento a área do quintal dos recorrentes, um dos quais era vereador, e preterindo a prévia verificação da natureza particular, ou municipal, ou pública, do terreno adjudicado aos mesmos recorrentes, e o consequente procedimento regulamentar ofendem os artigos 31.º, n.ºs 1 e 5, ou 50.º, n.º 10.º, e 424.º do Código Administrativo de 1896, vigente na data da referida deliberação, cuja execução também dependia da aprovação tutelar, caso fôsse do município o terreno cedido, artigo 56.º, n.º 4.º;

Hei por bem, sob proposta do Presidente do Ministério e Ministro do Interior, conformando-me com a referida consulta, nos termos do artigo 43.º do regulamento de 25 de Novembro de 1886, decretar a denegação do provimento no recurso.

O Presidente do Ministério e Ministro do Interior assim o faça imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 24 de Julho de 1914.— *Manuel de Arriaga* — *Bernardino Machado*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Secretaria Geral

LEI N.º 265

Em nome da Nação o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º É o Governo autorizado a adjudicar, por concurso, precedendo anúncios de cento e oitenta dias, a construção e exploração duma zona franca na Ilha da Madeira, nos termos das bases do artigo 3.º da lei de 13 de Junho de 1913, devendo, porém, o depósito prévio para o concurso ser de 10.000\$ e não de 50.000\$, como preceitua a base 3.ª do mesmo artigo 3.º daquela lei.

Art. 2.º A zona franca da Ilha da Madeira será no local julgado mais conveniente por uma comissão técnica nomeada pelo Governo para apreciar as propostas e aprovar os respectivos planos de obras, e a sua explo-

ração não poderá ser concedida por mais de sessenta anos.

Art. 3.º Na zona franca da Ilha da Madeira são permitidas todas as operações de beneficiação, empacotamento e transformação dos géneros do arquipélago da Madeira, excepto o vinho, em outros produtos commerciáveis.

Art. 4.º Na zona franca da Ilha da Madeira haverá isenção de direitos para embarcar, desembarcar ou conservar depositados, por prazo nunca excedente a dois anos, quaisquer géneros que se destinem à beneficiação, ao empacotamento ou à transformação dos géneros produzidos no arquipélago da Madeira em outros produtos commerciáveis.

§ único. Exceptuam-se desta isenção de direitos o cacau e o azeite não destinado a conservas.

Art. 5.º O embarque e desembarque de passageiros e mercadorias na zona franca da Ilha da Madeira poderá realizar-se a qualquer hora do dia ou da noite.

Art. 6.º O regime fiscal dos armazéns gerais francos, estabelecido pelo decreto de 27 de Maio de 1911, só fica alterado pelas disposições desta lei quanto ao estatuido no § único do artigo 4.º e poderá, respeitada esta excepção, a todo o tempo ser pôsto em execução, nos termos dos artigos 353.º a 357.º do referido decreto nos portos do arquipélago da Madeira.

Art. 7.º Fica ressalvado ao Governo o direito de regular nas condições de policia e hygiene que terão de ser observadas na instalação de quaisquer indústrias dentro da zona franca da Ilha da Madeira.

Art. 8.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros do Interior, Finanças e Fomento a façam imprimir, publicar e correr. Dada nos Paços do Governo da República, e publicada em 24 de Julho de 1914.— *Manuel de Arriaga* = *Bernardino Machado* = *António dos Santos Lucas* = *João Maria de Almeida Lima*.

MINISTÉRIO DO FOMENTO

Caminhos de Ferro do Estado

Conselho de Administração

PORTARIA N.º 194

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Fomento, conceder aos sócios, alunos, da Associação Académica do Liceu de João de Deus, de Faro, bilhetes de identidade dos Caminhos de Ferro do Estado, cuja apresentação nas bilheteiras dos mesmos Caminhos de Ferro lhes dê direito à redução de 50 por cento sobre os preços de 2.ª classe das tarifas gerais, sob as seguintes condições:

1.ª Os bilhetes de identidade serão anuais, conterão o nome e naturalidade do portador, a designação do seu número de matrícula naquela Associação e serão autenticados com o retrato e assinatura do individuo a quem são concedidos.

2.ª Estes bilhetes terão um número de ordem, a assinatura do presidente da Associação e um selo tanto da Secretaria do referido Liceu como da Associação que autentiquem aquelas assinaturas.

3.ª Os portadores destes bilhetes são obrigados a comprovar a sua frequência naquele Liceu, com atestados trimestrais passados pelo mesmo Liceu.

Dada nos Paços do Governo da República e publicada em 24 de Julho de 1914.— O Ministro do Fomento, *José Maria de Almeida Lima*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral das Colónias

3.ª Repartição

2.ª Secção

DECRETO N.º 685

Atendendo ao que me representou o governador geral do Estado da Índia sobre a necessidade de alterar, na parte respeitante às secções telegráfica e telefónica, a tabela n.º 4 anexa ao regulamento orgânico da Direcção de Obras Públicas daquele Estado, aprovado pelo decreto n.º 89 de 25 de Agosto de 1913, tendo ouvido o Conselho Colonial e sob proposta do Ministro das Colónias, hei por bem decretar que sejam substituídas pelas seguintes as secções telegráfica e telefónica da dita tabela:

Designação	Quantidade	Categoria	Vencimentos Individuais	
			Exercício	Total
Secção telegráfica				
Chefes de estações de 1.ª classe	4	168\$00	126\$00	294\$00
Chefes de estações de 2.ª classe	13	144\$00	96\$00	240\$00
Aspirantes de 1.ª classe	4	120\$00	96\$00	216\$00
Aspirantes de 2.ª classe	11	96\$00	87\$00	183\$00
Aspirantes auxiliares	11	—\$—	63\$00	63\$00
Cabo guarda-fios	1	33\$60	50\$40	84\$00
Guarda-fios	16	24\$00	48\$00	72\$00
Serventes distribuidores	19	20\$00	40\$00	60\$00
Secção telefónica				
Chefe da estação central	1	144\$00	96\$00	240\$00
Aspirantes de 1.ª classe	1	120\$00	96\$00	216\$00
Aspirantes de 2.ª classe	2	96\$00	87\$00	183\$00
Aspirantes auxiliares	3	—\$—	63\$00	63\$00
Guarda-fios (a)	1	33\$60	50\$40	84\$00
Serventes e distribuidores	4	20\$00	40\$00	60\$00

(a) Tem também a seu cargo as campanhas eléctricas das repartições públicas.

O Ministro das Colónias assim o tenha entendido e faça executar. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 24 de Julho de 1914.— *Manuel de Arriaga* = *Alfredo Augusto Lisboa de Lima*.

MINISTÉRIO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Repartição de Instrução Industrial e Comercial

PORTARIA N.º 195

Preceituando o § 2.º do artigo 3.º do decreto n.º 636, de 9 do corrente mês, que nas preferências nos concursos para professores das escolas de ensino elementar, industrial, e comercial se considerem, em primeiro lugar, os candidatos com mais duma das habilitações exigidas: manda o Governo da República Portuguesa esclarecer que, nos casos em que nas habilitações a mais se incluem total ou parcialmente as primeiras, só se devem contar tais habilitações pelo excesso que sobre estas apresentam e não como habilitações inteiramente novas.

Dada nos Paços do Governo da República, e publicada em 24 de Julho de 1914.— O Ministro de Instrução Pública, *José de Matos Sobral Cid*.

Para o Inspector das Escolas de Ensino Elementar, Industrial e Comercial.